À
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA
JUIZ DE FORA – MG

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, letra "f", o imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente às depreciações e amortização são calculadas de acordo com o método levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 10. A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo exceto outros valores e bens e créditos tributários for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a CESAMA não identificou indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Entretanto, não apresentou estudo que atenda as orientações da NBC TG 27 (R2) – Imobilizado e NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, no que diz respeito à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, bem como do teste de recuperabilidade, que devem ser revisados e testados, pelo menos, ao final de cada exercício. Em virtude da ausência dessas informações, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos no ativo imobilizado, e os seus correspondentes reflexos das demonstrações do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25.1, a Companhia impetrou Ação Ordinária obtendo liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, alegando condição de empresa pública municipal responsável pela distribuição, coleta, tratamento de água potável e esgoto, devendo ser protegida pela imunidade tributária prevista no art.150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal de 1988. Em maio de 2010 foi deferida Tutela Antecipada pela Juíza Federal Titular da 3ª Vara de Juiz de Fora a favor da Companhia. Neste sentido, a CESAMA não contabilizou e não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento do exercício. Desde 2012 os valores correspondentes ao IRPJ estão sendo transferidos para a conta Reserva de Incentivos Fiscais que em 2015 foi de R\$ 4.073 mil. No entanto, como a decisão ainda está sujeita a recurso, não podemos opinar sobre possíveis questionamentos futuros que a Companhia poderá sofrer devido ao não recolhimento do IRPJ.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Seguros

De acordo com a nota explicativa nº 26, a Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades, há apenas contratos de seguros para seus veículos, incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos para os demais ativos e responsabilidades. Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos mencionados. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Juiz de Fora, 05 de maio de 2016.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S MG
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S MG
CNAI Nº 43
Responsável Técnico